



CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS - FATECS

RAFAEL TAVARES CADENGUE

**IMPARCIALIDADE E FONTES EM REPORTAGENS SOBRE GREVE
DE PROFESSORES: ANÁLISE DO MATERIAL PUBLICADO PELA
FOLHA DE S. PAULO EM 2012**

BRASÍLIA
2012

RAFAEL TAVARES CADENGUE

**IMPARCIALIDADE E FONTES EM REPORTAGENS SOBRE GREVE
DE PROFESSORES: ANÁLISE DO MATERIAL PUBLICADO PELA
FOLHA DE S. PAULO EM 2012**

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Professor Luiz Cláudio Ferreira

**BRASÍLIA
2012**

RAFAEL TAVARES CADENGUE

**IMPARCIALIDADE E FONTES EM REPORTAGENS SOBRE GREVE
DE PROFESSORES: ANÁLISE DO MATERIAL PUBLICADO PELA
FOLHA DE S. PAULO EM 2012**

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

BRASÍLIA, 05 DE NOVEMBRO, DE 2012

Banca Examinadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Orientador

Prof. Cláudia Busato
Examinador

Prof. Sérgio Galdino
Examinador

BRASÍLIA
2012

Agradecimentos

Ao longo da minha vida tive a oportunidade de conhecer pessoas de todos os jeitos, lugares, etnias, raças e classe social. Filho de jornalistas, nordestino e mais um filho de Brasília, agradeço a vocês que mudaram a minha vida e nunca me deixaram desistir nos momentos mais difíceis.

Para todos colegas de infância, que até hoje são grandes irmãos em minha vida, agradeço por tudo. Companheiros do UniCEUB, em especial todos os funcionários e professores, que ao longo do curso de jornalismo sempre se mostraram dedicados em fazer um curso ainda mais qualificado. Não posso deixar de falar de um grande amigo e mentor em minha caminhada, Luiz Cláudio Ferreira. Jornalista e professor que em todos os momentos apostou em mim e sempre me mostrou os caminhos mais éticos e verdadeiros do jornalismo. No jornalismo conheci grandes profissionais, dos quais nunca vou esquecer. Aos colegas da TV Bandeirantes, onde diariamente posso aprender e criar uma relação de família, agradeço todos os dias por caminharem junto comigo e mostrarem a importância do jornalismo.

Por final quero agradecer a minha família. Não importa o que aconteça sempre farão parte das minhas vitórias. Em especial Ronaldo Cadengue, o irmão que cuidou de mim, e me fez o homem que sou hoje. Também a mulher com quem divido minhas vitórias e derrotas, a jornalista que me mostrou tudo que sei. Mulher que foi pai e mãe durante quase toda minha vida, Mônica Tavares. Outra peça fundamental na minha história é a mulher da minha vida, a minha grande vitória, o presente que Deus me deu, minha filha Sofia Cadengue.

Mas nada disso teria sentido se não fosse por ele, meu pai, Rogério Cadengue. O homem que mostrou para todos nós o que é ser feliz, o que é amar, o que é ser jornalista, o que é viver. Te Amo hoje e sempre!

“Vamos em frente, vamos conquistar os nossos sonhos. O sonho de sermos a correia de transmissão da sociedade e de transformarmos os nossos computadores, microfones, arquivos, jornais, rádios, televisões, em instrumentos de consolidação da nossa profissão, da nossa luta. Instrumentos de técnica e, principalmente, da ética”. Em memória, meu pai e jornalista Rogério Cadengue.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as reportagens veiculadas pela *Folha de S. Paulo* a respeito da greve nas universidades federais em 2012 para verificar se houve imparcialidade e objetividade nos materiais. Para isso, foram separadas as fontes de informação utilizadas nos textos e elencados quais argumentos tornaram-se predominantes na cobertura da imprensa na primeira semana da greve. Durante a análise cinco matérias foram selecionadas. O trabalho observa como as informações são dispostas em diferentes espaços da reportagem e como se deu o equilíbrio entre as versões dos fatos. As reportagens analisadas foram veiculadas pela *Folha de S. Paulo* na semana do dia 17 de maio de 2012 até o dia 23 de maio de 2012.

Palavras-chave: Greve. Jornalismo. Reportagem. Folha de S. Paulo. Fontes

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1 OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: TEORIAS DA NOTÍCIA..... | 9 |
| 1.1 <i>Interferências cotidianas</i> | 13 |
| 1.1.1 <u>Notícia x Reportagem</u> | 13 |
| 1.2 <i>Valor notícia</i> | 18 |
| 2 COBERTURA INFORMATIVA..... | 21 |
| 2.1 <i>Tecnologias avançadas</i> | 22 |
| 3 FONTES DE INFORMAÇÃO..... | 25 |
| 3.1 <i>Tipos de fontes</i> | 27 |
| 4 COBERTURA DA GREVE..... | 29 |
| 5 O Método..... | 33 |
| 6 ANÁLISE DE REPORTAGENS..... | 37 |
| 6.1 <i>Dia 17 de maio. Professores de 34 universidades federais entram em greve</i> | 37 |
| 6.2 <i>Dia 18 de maio. Presidente cancela agendas para evitar grevistas</i> | 38 |
| 6.3 <i>Dia 23 de maio. Professores de 5 dos 6 da campi da Unifesp aderem à greve nacional</i> | 40 |
| 6.4 <i>Dia 23 de maio. Fim da primeira semana de greve - É um prejuízo indevido, diz ministro da Educação sobre greve de professores</i> | 41 |

| | |
|--|-----------|
| 6.5 Dez dias depois. Greve atinge 70% das universidades federais..... | 43 |
| CONCLUSÃO..... | 47 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 49 |
| ANEXOS..... | 50 |
| ANEXO A..... | 50 |
| ANEXO B..... | 52 |
| ANEXO C..... | 54 |
| ANEXO D..... | 56 |
| ANEXO E..... | 58 |

INTRODUÇÃO

Sala de aula vazia. Em pleno ano letivo, o silêncio nos corredores das universidades públicas contrastava com os discursos dos sindicalistas pedindo aumento salarial, reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho para professores e funcionários das universidades federais no Brasil. O assunto logo transformou-se em polêmica nos noticiários. Os professores teriam direito de interromper o ano letivo para pedir reajuste salarial? Conferir como se deu essa cobertura no jornal de maior circulação do país foi a primeira motivação de pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho é identificar como são inseridas nos textos as fontes de informação escolhidas pelo jornal Folha de S. Paulo na primeira semana da greve dos professores de universidades federais no ano de 2012. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos: apontar como aparecem os argumentos e se foram mostrados todos os lados da história, além de entender quais foram os primeiros registros do início da greve e categorizar os tipos de abordagens dados pelo jornal.

A cobertura da greve dos professores pode evidenciar qual foi a priorização dos assuntos da educação no noticiário incluindo a condição das instituições e o trabalho dos profissionais. Toma-se como ponto de partida que a imprensa costuma destacar resultados e pesquisas originadas da academia, mas não se atém aos bastidores da labuta da educação superior.

Uma das observações da pesquisa é compreender se a cobertura da greve dos professores ganhou status econômico em detrimento dos aspectos educacionais. Como amostragem, ficaram definidas cinco edições do jornal Folha de S. Paulo, do dia 17 de maio ao dia 23 de maio 2012.

Os técnicos administrativos, assim como os professores, também entraram em greve. A paralisação por parte desta categoria trouxe outros problemas, que foram além da falta de aulas. O calendário estudantil e alguns serviços como o lançamento de resultados e matrículas nas universidades também foram prejudicados, de acordo com o noticiário.

No Brasil foram mais de 95% das universidades federais que aderiram à greve, que teve seu início no dia 17 de maio de 2012. Era uma quinta feira e os

estudantes souberam da paralisação no momento em que chegaram às universidades. Os professores pediram 13 gratificações remuneratórias, além de uma variação de 5% do salário a partir do piso nacional, para um regime de 20 horas por aula na semana.

Cabe ao noticiário levar informações sobre os reais motivos para a greve nas universidades, que alterou a rotina de cem mil alunos que tiveram férias forçadas.

Nesta pesquisa de conclusão de curso há o foco na maneira como a redação do jornal *Folha de S. Paulo* se comportou diante do fato.

A relevância da análise das fontes de informação é importante na construção do material que será distribuído pelo veículo de comunicação. Neste caso, as referências devem ser observadas a fim de compreender a tendência de cobertura. Com isso a principal justificativa desta pesquisa é compreender o porquê da pouca divulgação da greve.

Tratar de um tema como esse pode se tornar um desafio para o jornalismo brasileiro, a partir do momento em que a greve é direito constitucional e esse tipo de acontecimento ocorre repetidamente. Quando se aborda educação no Brasil, o trabalho jornalístico tem papel determinante.

O que realmente preocupa é o entendimento do que aconteceu neste período de greve para os brasileiros, de forma que a produção do jornal *Folha de S. Paulo*, a posição do governo e as reivindicações dos grevistas fiquem claras.

Outros pontos analisados são os resultados, o que impactou e trouxe uma repercussão grande na mídia.

Dia após dia o que foi publicado retratou o momento vivido pela categoria. A intenção deste trabalho é classificar o teor das fontes de informação utilizadas nas matérias publicadas pela *Folha* e perceber os limites de imparcialidade nos textos. A política e a economia ainda são determinantes neste país, mesmo em se tratando do jornalismo que é feito? Analisemos, pois, a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* na primeira semana de greve nas universidades federais em todo o Brasil.

1 OBJETIVIDADE E IMPARCIALIDADE NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: TEORIAS DA NOTÍCIA

A objetividade é, ainda no século XXI, um termo com diversas definições. Há autores que identificam o conceito como a ideia de ausência de subjetividade. (TRAQUINA, 2005). Entretanto, teóricos assumem a impossibilidade de atingir a objetividade absoluta. Nesse caso, o princípio surge para garantir o mínimo de subjetividade, ao estabelecer parâmetros às rotinas de trabalho e auxiliar os jornalistas na tarefa de fazer com que as notícias se aproximem da realidade.

Esta noção de objetividade contraria a “teoria do espelho”, na qual as notícias seriam reflexos da realidade, sem interferências de quem as transmite. A hipótese mais antiga da profissão consiste no pensamento de que o jornalista não defende interesses específicos, sendo apenas um comunicador desinteressado dos fatos como eles realmente aconteceram. Mas nem sempre a realidade seria algo concreto, pois em várias situações mostra-se passível de discussão.

O repórter frequentemente tem, de acordo com autores consultados, de construir a notícia com base em depoimentos oficiais ou de pessoas que testemunharam o acontecimento, visto que raramente tem a oportunidade de presenciá-los, conforme critica Lage (2001). Portanto, a veracidade das informações depende de terceiros e não poderia ser garantida pelo jornalista.

A falha não está em se guiar por determinada perspectiva, mas em omiti-la ou negar que ela exista. O jornalista exige honestidade das fontes, mas peca quando a característica diz respeito a ele mesmo. O conceito de objetividade contrapõe-se à “teoria do espelho” e valida o trabalho do jornalista, eliminando deste a necessidade de explicar as próprias decisões.

Segundo Schudson, o ideal da objetividade no jornalismo foi fundado numa confiança de que a perda da fé nos fatos era irrecoverável. Os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza. (TRAQUINA, 2005, p.138)

A maneira de iniciar, desenvolver e concluir uma reportagem, as condições em que ela é produzida e as pessoas entrevistadas são questões que dizem respeito à percepção do repórter diante do fato. Duas pessoas que tratam do mesmo assunto nunca escreverão reportagens iguais, defendem os autores. Ainda que falem com as mesmas pessoas e assistam ao mesmo acontecimento. A percepção depende do ângulo do qual que se vê, mas também de quem está no ângulo.

Para que o termo deixasse de existir apenas no imaginário dos jornalistas, foram estabelecidas técnicas universais para a produção das notícias. Os procedimentos seriam aplicados na tentativa de dar ao conteúdo certo rigor científico. A responsabilidade pelo valor jornalístico seria do método, e não do profissional, já que este seria sempre subjetivo.

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas nunca deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho. (PENA, 2005, p. 50).

O conceito de objetividade jornalística começou a ser desenvolvido em meados do século XIX, mesmo que sem esta denominação. Por volta de 1850, o jornalismo opinativo e parcial passou a ser substituído pela informação, que deveria estar isenta de juízos de valor.

Até a primeira metade do século XIX não havia preocupação, por parte do editor ou do leitor, com equilíbrio e imparcialidade. Como a imprensa era sobretudo político-partidária, comprava-se (assinava-se) jornal para saborear a versão parcial dos acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários, quase sempre pessoais, procedentes ou não, e invariavelmente em termos fortes, quando não afrontosos. (AMARAL, 1996, p. 26)

Ao citar Michael Schudson, Nelson Traquina considera que o conceito de objetividade começou a ser desenvolvido nos Estados Unidos, entre os anos 1920 e 1930, porque não existia mais a crença de que os “fatos falavam por si”. A desconfiança foi provocada, de acordo com Schudson, pela propaganda na Primeira

Guerra Mundial (1914-1918) e pelo surgimento de uma nova atividade profissional: a de relações públicas. A publicidade persuasiva que convenceu os norte-americanos que o país deveria participar da guerra e o questionamento dos interesses defendidos nas reportagens e da própria notícia, com o advento da profissão de relações públicas, provocaram um movimento de transformação do jornalismo como era conhecido.

Luiz Amaral (1996) acrescenta a estes outros dois acontecimentos: a criação das agências de notícias e o desenvolvimento industrial. A partir do advento da primeira agência de notícias, em 1835, abriu-se um novo mercado na área. A clientela diversificada, composta por governos, jornais, empresários, diplomatas, banqueiros, entre outros profissionais, fez com que as agências buscassem certa dose de imparcialidade, conferindo equilíbrio às notícias.

O autor destaca ainda que a noção de objetividade também esteve relacionada ao caráter comercial do jornalismo, adquirido nos primeiros 30 anos do século XIX na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O jornalista deveria narrar os fatos sem comentários ou interpretações e esquecer as próprias ideologias e preferências. Esta ideia está centrada na concepção de que é possível separar o homem como pessoa e como profissional. Como se um deixasse de existir quando o outro estivesse atuando.

Quando associada à imparcialidade, a objetividade jornalística envolve um certo distanciamento dos fatos e das pessoas relacionadas a ele. A forma como o repórter se relaciona pessoalmente com o assunto ou com os personagens envolvidos pode comprometer a abordagem da matéria. Neste caso não existe o olhar neutro, isento.

O julgamento pessoal afeta o comportamento profissional, e vice-versa.

[...] a objetividade depende de quem for o jornalista e de qual for a história a ser investigada e contada. A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam

conhecimento do fato por meio do relato. Daí a necessidade de prestar atenção nas convicções pessoais dos jornalistas. (BUCCI, 2000, p. 93)

Conforme se aponta na teoria do *newsmaking* (PENA, 2005), o conteúdo noticiado é selecionado a partir do que o jornalista ou editor considera importante. A avaliação pode ser baseada na experiência profissional, como também é passível de influência de convicções particulares.

O questionamento não se refere a essas escolhas, mas no conhecimento delas pelo público. Se ele desconhece as circunstâncias que auxiliaram na construção da reportagem, ele não tem um entendimento mais amplo da dimensão dos fatos. As dificuldades na coleta dos dados fazem parte de um certo quadro que o jornalista tenta transmitir. O clima nos bastidores, a emoção ou exaltação dos personagens, a disponibilidade em dar entrevistas, são aspectos geralmente desprezados, mas que aproximam o assunto do público, porque imprimem realidade aos fatos, uma realidade quase palpável, ao alcance do espectador.

Amaral cita pressupostos aceitos nos estudos sobre a parcialidade. O primeiro deles está de acordo com o ideal de objetividade, pois defende que a imprensa pode e deve retratar a realidade precisamente como ela é, de forma equilibrada. A ideia seguinte considera os preconceitos políticos e as atitudes sociais dos comunicadores as principais causas do jornalismo tendencioso. A terceira hipótese defende que métodos de leitura e descodificação podem apontar traços de parcialidade, e a última, que a tendência política ou ideológica da imprensa é a maneira mais importante de favorecer um grupo em detrimento de outro.

No entanto, a parcialidade nem sempre pode ser facilmente detectada. É possível analisar o conteúdo apresentado, mas não as informações de bastidores, coletadas e ocultadas pelo jornalista. O profissional é responsável pelos traços de parcialidade que deixa transparecer, ele decide até que ponto deixa a marca das próprias preferências na reportagem.

A dificuldade em conceituar cada termo e diferenciá-los tem origem em uma questão intrínseca ao jornalismo e ao ser humano: a linguagem. O processo de comunicação ocorre por meios complexos e não totalmente esclarecidos. O

indivíduo pode controlar o que fala, mas não o entendimento que outras pessoas terão. A compreensão dos fatos depende de formação intelectual, percepção de mundo e questões pessoais.

1.1 Interferências cotidianas

Para contextualizar o tema, é necessário compreender os ritos e as interferências as quais estão submetidos os jornalistas, o que é contemplado pela teoria do *newsmaking*, que explica por que “as notícias são como são”, (TRAQUINA, 2005). Os pensamentos estão adequados a entender o processo de cobertura da mídia feita durante o período da greve nas universidades federais em todo o país.

Antes de conceituar “notícia”, é preciso diferenciar da ideia de reportagem, de acordo com o que é sustentado por Lage (2001). Inicialmente é preciso apontar que a notícia deve ir além da comunicação do fato. O gênero tem o papel de informar, educar, contextualizar entre outras variadas formas. Segundo Pena (2005), elas tem informam e têm referência na realidade. Entretanto, também ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção.

Para uma melhor compreensão dos fatos analisados e das teorias abordadas é importante diferenciar: o que é notícia? O que é reportagem?

1.1.1 Notícia x Reportagem

Quando um assunto entra na pauta de qualquer veículo de comunicação ganha vários braços – pode ter várias vertentes, diferentes abordagens que dependendo da empresa e do modo de veiculação do jornal, da revista, da televisão, sítio da internet, ele pode modificar. Apesar das semelhanças do jornalismo impresso, o espaço destinado para alguns assuntos em uma revista por exemplo, é amplamente maior do que em um jornal. No jornal, se trabalha o “Agora”, o imediato, a informação se torna velha em pouco tempo. Para as revistas, é necessário uma mudança na apuração e abordagem da pauta.

Mas essa mudança também pode ser vista em outros meios, como na internet e na televisão. O mais importante é trazer a novidade no veículo, o que nenhum outro meio ainda mostrou sobre aquele determinado assunto. Neste contexto, Nilson

Lage explica em “A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística”, as principais diferenças entre notícia e reportagem. Lage (2001) começa explicando que reportagem é a exposição que combina interesse do assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente. O que afasta da definição de notícia porque os fatos ocorrem a todo instante, o factual modifica-se a qualquer minuto.

Para o autor a informação jornalística é o espaço privilegiado da reportagem especializada. Uma peculiaridade dela é destinar-se a públicos mais ou menos heterogêneas. O material jornalístico caracteriza-se, em tese, por sua atualidade, universalidade, periodicidade e difusão, mas o que mais identifica é a estruturação retórica em torno de pontos de interesse jornalístico.

Nilson Lage diferencia desta forma:

1. A notícia trata de um fato, acontecimento que contém elementos de ineditismo, intensidade, atualidade, proximidade e identificação que o tornam relevante – a queda do avião, a quebra da normalidade institucional, etc. A reportagem trata de um assunto determinado ou não por fato gerador de interesse;
2. A notícia independe, em regra, das intenções dos jornalistas; a reportagem decorre da intenção, de uma ‘visão jornalística’ dos fatos;
3. A notícia e a reportagem contêm, em geral, graus diferentes de profundidade no trato do assunto; a notícia é mais breve, sumária, pouco durável, presa à emergência do evento que a gerou. A reportagem é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações entre universos de dados;
4. A notícia típica é da emergência de um fato novo, de sua descoberta ou revelação; a reportagem típica dá conta de um estado-de-arte, isto é, da situação momentânea em determinado campo de conhecimento. (LAGE, 2001, p 114).

Pena (2005) explica que os jornalistas se valem de uma cultura própria para decidir o que é ou não é notícia. Ele acrescenta que reportagem é um relato jornalístico temático, focal, envolvente e de interesse atual, que aprofunda a investigação sobre fatos e agentes. Para o professor João de Deus Corrêa os modelos propostos de reportagem partem da rotina jornalística.

Reportagem de perfil: procura apresentar a imagem psicológica de alguém, a partir de depoimentos do próprio, assim como de familiares, amigos, subordinados e superiores dessa pessoa.

Reportagem de fatos: aproveita a dramaticidade de um fato e aprofunda seu conhecimento, abrindo novas áreas de contexto entendimento de causas e efeito.

Reportagem polêmica: explora assunto em discussão na sociedade ou o cria. Para isso, ouve fontes, especialistas e “olimpianos” que pensem de modo diferenciado, oposto. Neste caso de reportagem o profissional pode deixar a critério dos destinatários a opção de como interpretar a matéria, mas, usualmente trabalha sobre uma hipótese em que aposta.

Reportagem monotemática; após um acontecimento recente veículo “costura” a relação com outros similares e cria um tema que provoque adesão do público, pelo destaque e tratamento coerente reservado ao assunto.

Reportagem de ação: diante de um fato especialmente dinâmico, impactante e complexo, o texto reconstitui a intensidade das ações num estilo cinematográfico, visual, criando um clima dinâmico, com narrativa leve, mas nervosa, ágil.

Reportagem documental: costuma merecer um cuidado praticamente didático do jornalista, no sentido de investir na demonstração documental da perspectiva com que o tema é abordado; incluem-se aí, as transcrições de depoimentos e documentos que dão credibilidade e “materialidade” de provas às argumentações ou informações. (PENA, 2005, p 78.)

Felipe Pena (2005) explica que a divisão usualmente proposta pelos teóricos do jornalismo compreende a interação de seis forças ou ações, propostas por *Michael Schudson e Shoemaker & Reese*.

Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e de suas intenções.

Ação social: as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social.

Ação ideológica: as notícias têm origem nas forças de interesse que dão coesão aos grupos

Ação cultural: as notícias são produtos do sistema cultural em que são produzidas.

Ação do meio físico: as notícias dependem das dispositivos tecnológicos que são usados na sua fabricação.

Ação histórica: as notícias são um produto da história, durante a qual interagem as outras cinco forças. (PENA, 2005, p. 132.)

Como Pena (2005) explica, esse conceito de noticiabilidade é um conjunto de critérios, operações e instrumentos para escolher entre inúmeros fatos uma quantidade limitada de notícias.

A noticiabilidade é negociada por repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo na redação. Sua aplicação baseia-se nos valores-notícia, que são os tais critérios e operações usados para definir quais acontecimentos são significativos e interessantes para serem transformados em notícia. (PENA 2005, p. 130.)

Em um exemplo do cotidiano, seria como se supor que um editor tenha dois assuntos considerados importantes no dia para serem veiculados. A votação de um projeto de lei importante no Congresso Nacional e um jogo de futebol envolvendo

Brasil e Argentina. Pode-se discutir teoricamente quais interesses levariam um jornalista a optar por esse ou aquele assunto. A idéia de que o jornalista manipula e solta o que quiser, seja o veículo de notícia que for, televisão, jornal impresso, rádio ou internet, é desmentido por esta “teoria.” A teoria do *newsmaking* evidencia que por mais que haja os critérios de noticiabilidade tradicional, há , ainda mais forte, uma hierarquia dentro das redação que devem ser respeitadas.

Nada é impublicável, todas as notícias são filtradas dentro da hierarquia dos meios de comunicação. “Notícia é tudo o que o jornalista diz que é notícia” (CHAPARRO, 2006).

A divisão em editorias¹ ajuda a organizar de forma mais clara o trabalho. Pena (2005) também explica que os próprios valores-notícia são usados para sistematizar o trabalho na redação. Segundo ele, tudo é analisado e a partir disso contextualizado no processo produtivo, ou seja, adquirem significado e função, e tornam-se dados evidentes para os profissionais envolvidos no processo.

A socióloga *Gaye Tuchman* é uma das mais respeitadas pesquisadoras do *newsmaking*.

A autora interpreta que a teoria do *newsmaking* articula-se em três vertentes principais: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos.

Em outras palavras a socióloga quer dizer que o processo de produção da notícia é planejado como uma rotina industrial. Tem procedimentos próprios e limites organizacionais. Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo. (PENA, 2005, p. 129.)

Contextualizando a teoria do *newsmaking* sobre a cobertura da mídia na primeira semana das greves nas universidades federais, deixa claro que a hierarquia predominante dentro dos veículos não resume-se apenas ao jornalismo, e sim ao lado político.

¹ Editoria corresponde no jornalismo a um dos grandes assuntos a serem tratados pelo veículo. No jornalismo brasileiro, editorias como Brasil, Cidades, Economia, Esportes e Cultura são utilizadas pelos maiores órgãos de imprensa

Tuchman esclarece, entretanto, que sempre há a possibilidade da cobertura ser feita de outra forma, recontextualizando o foco do assunto. Para ele a tipificação das matérias são frágeis e podem levar a uma falsa ideia de rigidez na redação.

Matérias duras: São factuais, percíveis.

Matérias leves: Não perdem atualidade, exemplo: exposição de quadros, peças e outras obras de arte.

Súbitas: Sem previsão

Matérias em desenvolvimento: os fatos vão acontecendo, exemplo da greve.

Matérias em sequência: fatos pré-programados: exemplo votação das reformas. (PENA, 2005, p. 131.)

Felipe Pena (2005) aponta que os meios de comunicação vivem em um diário processo de análise. E o público, leitor, telespectador, ouvinte, é o principal no processo da construção da notícia, até porque para ele a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar em ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. São dessas práticas que se ocupa a teoria do *newsmaking*. Também nesse mesmo aspecto, é preciso entender os filtros de seleção, apontados pela teoria do *gatekeeper*.

Logo de início a teoria já pode ser analisada pelo seu nome. *Gate*, portão em na língua inglesa e *keeper*, guardião. Ou seja o porteiro, na análise jornalística o guardião da notícia. A metáfora é clara e direta. O conceito refere-se ao profissional que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se veta, bloqueia. Segundo Pena (2005), o jornalista é responsável pela progressão da notícia ou por sua “morte”, caso opte por não deixá-la prosseguir, o que significa evitar a publicação.

O termo “Gatekeeper” não é oriundo do jornalismo, mas na década de 50 foi aplicado pelo jornalista David Manning White. Nos veículos de comunicação a função do gatekeeper é a do chefe, que é passado para os cargos abaixo, como editores e subeditores. Dificilmente repórteres tem a função de determinar o que vai ou não entrar na edição do veículo jornalístico.

O repórter tem a essencial função, do controle. O profissional que determina o tamanho da matéria, de acordo com a apuração do assunto.

White, pesquisador que utilizou o *gatekeeper* no meio jornalístico conclui que o fator tempo tem uma importância significativa.

Os estudos chegaram à conclusão que as decisões estavam mais influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia e à eficiência e velocidade do que por uma avaliação individual de noticiabilidade.

A principal análise que deve ser feita é o porquê transferir tamanha responsabilidade apenas para uma pessoa.

Nas redações a maneira que as notícias chegam determinam uma certa velocidade de quem irá analisar se aquele assunto interessa ou não. Contextualizando para o tema abordado neste trabalho de conclusão de curso, é fácil a percepção de que o *gatekeeper* funcionou de forma ostensiva nos meios de comunicação.

A grande problemática do *gatekeeper* é a maneira como a seleção é exercida.

Não podemos partir do princípio que vivemos em uma ditadura da notícia em que apenas uma pessoa é responsável pela decisão final na publicação do assunto. O que é necessário ser analisado é que tal responsabilidade é de certa forma, muito difícil.

1.2 Valor-notícia

Os valores-notícias (o mesmo que critérios de noticiabilidade) mudam de lugar para lugar. A população cada vez mais quer saber do que acontece ao seu redor. Do buraco da sua rua, do problema de saúde do hospital da cidade dele, das greves nas universidades locais, e não do que está acontecendo no planalto central ou na política do outro lado do mundo.

Traquina (2005), explica que os valores-notícia são um aspecto fundamental da cultura profissional de interação jornalística e constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos das notícias. A maior dificuldade dos jornalistas é explicar o porque de tal matéria ter sido feita e outra não. Qual a importância de um tema, sendo que outros assuntos também são importantes. A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham. (2005)

A decisão de selecionar o que será relevante e mais importante para o público é uma tarefa que exige uma análise social, econômica e de certa forma política do veículo que está noticiando o assunto. Wolf denomina valores notícias:

Valores-notícia

Categorias substantivas:

- . Importância dos envolvidos
- . Quantidade de pessoas envolvidas
- . Interesse nacional
- . Interesse humano
- . Feitos excepcionais

Categorias relativas ao produto:

- . Brevidade -> nos limites do jornal
- . Atualidade
- . Novidade
- . Organização interna da empresa
- . Qualidade -> ritmo, ação dramática
- . Equilíbrio -> diversificar assuntos

Categorias relativas ao meio de informação:

- . Acessibilidade à fonte/local
- . Formatação prévia/manuais
- . Política editorial

Categorias relativas ao público:

- . Plena identificação de personagens
- . Serviço/interesse público
- . Protetividade -> evitar suicídios, etc

Categorias relativas à concorrência

- . Exclusividade ou furo
- . Gerar expectativas
- . Modelos referenciais

A noticiabilidade é chamada de negociável. O repórter no dia a dia conversa com toda equipe e define quais critérios serão analisados. Segundo Pena (2005), os próprios critérios estão inseridos na rotina jornalística, ou melhor, tornam possível essa rotina, pois são contextualizados no processo produtivo, em que adquirem significado, tornam-se senso comum da redação.

Para concluir, as duas teorias, tanto a do *newsmaking*, quanto a do *gatekeeper* podem ser observados em conjunto. A do *newsmaking* é a construção da notícia, a referência, o modo, os tramites que interferem e que fazem surgir a matéria veiculada. Já a teoria do *gatekeeper* é a notícia pronta, que passa pelo seu

último estágio do processo de cobertura. A decisão ou não da progressão da notícia ou sua “morte”.

As duas teorias se aplicam de forma nítida neste tema. As greves e a cobertura da imprensa em relação a paralisação dos professores em todo o Brasil trouxe a tona velhas dúvidas e desconfianças sobre o jornalismo que é feito em nosso país. Quem toma as decisões na grande imprensa e os motivos econômicos e políticos para estas decisões, serão verificados a partir da contextualização e análise das reportagens.

2 COBERTURA INFORMATIVA

Segundo Bill Kovach (2010), a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia a dia. A finalidade é definida por alguma coisa elementar – a função exercida pelas notícias na vida das pessoas.

Os cidadãos sobrevivem de notícias e ao mesmo tempo questionam até que ponto a informação ainda é livre e verdadeira. A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e seus vilões.

Informar, repassar, repercutir, o processo de apuração de um jornalista enfrenta vários desafios e o resultado, as matérias que são produzidas, as notícias que são veiculadas enfrentam avaliações de todos os lados. A mídia considera o que está sendo noticiado, o consumidor, o leitor no caso, aprova ou não o que foi dito, e principalmente o interessado no que está sendo divulgado, o veículo de comunicação, através dos editores e diretores da empresa avaliam o material apurado. E além de todos, os personagens das matérias jornalísticas, e neste caso específico desta análise, professores, alunos e governo.

Na obra “Os elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir.”, Kovach (2010) fala que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa.

A tecnologia vem formando uma nova organização econômica das empresas jornalísticas, dentro das quais o jornalismo acaba submetido a outros interesses. A ameaça hoje não vem só da censura governamental. O novo perigo reside no fato de que o jornalismo independente pode ser dissolvido no meio da informação comercial e da sinergia da autopromoção. (KOVACH & ROSENSTIEL 2010, p. 32.)

A cobertura informativa facilita a sociedade na compreensão do que acontece ao redor do mundo. Com os avanços tecnológicos e a internet, hoje é possível fazer jornalismo sem sair da cama. Você pode apurar pelo computador, escrever a matéria pelo telefone celular e lançar a informações poucos minutos depois do ocorrido. Para Tom Rosenstiel (2010) os profissionais de imprensa em todos os

níveis manifestam uma firme adesão a um conjunto de padrões essenciais impressionantes em seu compromisso com a informação de sentido público.

A cobertura jornalística tem como função trazer todos os lados dos acontecimentos. Para a informação mais exata, é importante deixar claro a visão de todos os lados envolvidos em determinado assunto. Rosenstiel (2010) destaca aspectos negativos da cobertura:

1. Nunca acrescente nada que não exista.
2. Nunca engane o público.
3. Seja o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos
4. Confie só no seu próprio trabalho de reportagem.
5. Seja humilde.

(KOVACH & ROSENSTIEL 2010. p. 125.)

2.1 Tecnologias avançadas na comunicação

A convergência das mídias – jornal, internet, rádio e TV – é um futuro que parece ser próximo. E esta é uma discussão que perpassa tanto a formação do novo jornalista, do público, e dos donos dos meios de comunicação. O que isto representará na apuração das matérias? Com certeza não modificará a cobertura jornalística prevista por Rosenstiel (2010).

Nilson Lage (2001), em “A Reportagem”, garante que as novas tecnologias não vieram para alterar a rotina das redações, mas sim compor o novo formato do jornalismo, isso já aconteceu no passado quando as máquinas de escrever foram substituídas pelos computadores. A apuração, fundada no cultivo das fontes e nas entrevistas parece insuperável. Tudo que se discute, na verdade é ética – algo determinante mas externo ao processo produtivo.

No clássico “A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro”, Claudio Abramo (1988) discute também a ética, e o livro, de 1988 parece bastante atual e serve para as novas mídias, uma vez que a ética é imutável. Abramo (1988) supõe que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa bater a carteira e não ir para a cadeia. Onde entra a ética? O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deva fazer?

No jornalismo, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos exirmos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista. (ABRAMO, 1988 p. 109.)

Lage (2001) ainda explica que o texto baseado no *lead* e na forma expositiva, com profundas raízes na maneira espontânea com que as pessoas contam histórias resiste às tentativas de modificação, que parecem mais “literatice” do que outra coisa.

O próprio veículo de comunicação, utilizado nesta análise, o jornal *Folha de S. Paulo*, dispõe de recursos tecnológicos para uma melhor cobertura informativa. O pagamento dos conteúdos na internet é uma discussão longa e divide os donos dos veículos. Fechar os sítios, onde hoje o conteúdo é liberado gratuitamente, tem sido objeto de estudos.

Outra novidade que funciona paralelamente com o jornalismo é o imediatismo das informações. O que significa não só apurar os fatos, mas fazer a sua repercussão quase simultaneamente. A própria *Folha de S. Paulo* utiliza-se desse método, com o seu micro blog *twitter*, rede social onde as mensagens tem até 140 caracteres informações são passadas para o público que utiliza a rede. Os sítios governamentais também contam com a tecnologia.

As redações passam por um processo de adaptação que vem desde o repórter até a direção da empresa. Não se trata de um novo formato de jornalismo ou de cobertura e sim de uma maneira mais rápida e fácil de transmitir notícia. Trabalhar de forma informativa é tentar traçar um método que através da apuração, onde os critérios de noticiabilidade são utilizados, a notícia seja veiculada de forma mais rápida.

O repórter das novas mídias aproveita-se da facilidade e da instantaneidade com que a informação se torna notícia e é passada hoje. O que pode mudar em uma cobertura informativa são as fontes de informação que variam de profissional para profissional, empresa para empresa e o tratamento dado a informação, (enfoque da matéria).

Hoje a internet oferece inúmeras possibilidades. Para um bom material, onde a matéria circule e abranja todos os setores da sociedade, é importante uma boa cabeça e um bom computador, *tablets*, *smartphones*, e outros equipamentos que estão surgindo para colaborar com a rápida comunicação. A flexibilidade da internet como plataforma para relacionar e organizar informações, mostra caminhos que podem facilitar a vida do jornalista.

3 FONTES DE INFORMAÇÃO

O conteúdo das matérias jornalísticas pode ser trazido através de personagens e também por material documental. Na casa das pessoas, empresas ou instituições, elas narram e contam os fatos ocorridos. É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas do jornalismo. Na origem das fontes de informação, Nilson Lage (2001) explica em “*A Reportagem*” que as salas de imprensa e repórteres amigos funcionavam como filtros políticos de informação, sem deixar margem a que profissionais “não acreditados” penetrassem em suas áreas de atuação.

Em muitas situações a assessoria de imprensa traz até o jornalista a fonte de informação, mas seria esta a melhor forma de apuração e cobertura de um repórter? Segundo Lage (2001) o surgimento das assessorias contribuiu decisivamente para a profissionalização do setor de informação pública, com delimitação clara de oposições, tanto do lado de quem fornece a informação, quanto de quem coleta. O autor expõe que ficou mais nítida a posição do repórter como agente do público, sujeito, embora ao contexto das relações e de poder que nada escapa na sociedade.

Alguns modelos de comunicação explicam como a fonte de informação chega até o consumidor de um veículo de comunicação, o leitor, o telespectador, o ouvinte. O modelo de comunicação criado por *George Gerbner* (1956) estabelece a prioridade dessa função de representar subjetivamente a realidade antes de transmiti-la. Lage (2001) explica que o modelo de informação perfeito começa exatamente na fonte, que formula uma primeira representação que será levada adiante. Cada indivíduo da cadeia de informação entende a realidade conforme seu próprio contexto e seu próprio estoque de memória.

A fonte de informação pode ser um personagem, uma nota oficial, um conteúdo lançado na internet, pesquisas científicas, ou seja, qualquer informação que seja captada e entendida pelo receptor. O que importa é o entendimento de forma clara e correta de quem está recebendo a informação. No jornalismo a avaliação do leitor, no caso da *Folha de S. Paulo*, é o que o faz cada dia comprar o

jornal. Ele precisa de fontes relevantes e que mostrem exatamente o que eles precisam entender e ler.

O jornalista desde as primeiras aulas do curso universitário, aprende que a veracidade e todas as versões devem ser analisadas. O repórter precisa ouvir mais de um lado, para aí sim contextualizar e pressupor o fato. Nilson Lage (2001) é direto e explica de forma clara isso:

Fontes podem mentir, mas é de esperar que não mintam. Colocam-se aí duas questões: "por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada com isso?" e "porque confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?" A primeira pergunta é respondida pelos cientistas da corrente funcionalista (principalmente Lazarsfeld, Merton, Kennedy) que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, estudaram a comunicação humana: os homens consideram crucial ser aceitos socialmente e, por isso, desenvolvem atitudes cooperativas; trata-se de algo, supõem esses cientistas, que se molda desde a primeira infância, ao longo do processo de socialização. (LAGE, 2001, p. 55.)

A apuração do repórter também dependerá da fonte, basicamente, da intenção que essa fonte atribui ao repórter. Lage (2001) diz que a fonte avalia o jornalista antes de uma entrevista. Em suas respostas ele decidirá o andamento da matéria e o conteúdo de suas falas. Ele pode achar que o repórter é uma ameaça, ou então dependendo da postura do jornalista, ele tentará defender seus interesses, enfatizará reivindicações e reclamações, entre outras várias formas que uma entrevista pode suceder.

Agora em muitos casos as fontes, escolhidas pelos repórteres, também devem ser analisadas de forma bem detalhada. As suspeitas quanto às intenções do repórter devem ser vistas. Que motivos levaram o jornalista a escolher tal fonte? Será que por trás da informação, a outra possibilidade de influência? Prever respostas óbvias, em muitos casos, é fácil. Quando se escolhe pessoas cujo cargos são do governo, ou argumentam sobre a própria instituição onde trabalham, é difícil analisar as fontes.

A informação necessita de uma formação nítida. Com os lados claramente esclarecidos, que mostrem o que realmente acontece, com isso trazendo para quem recebe a informação o fato em seu total. Para Nilson Lage (2001) a melhor atitude

do repórter com sua fonte é aquela de quem presta atenção mas interfere o mínimo possível.

3.1 Tipos de fontes

Quando uma pessoa presta informação, ou se sujeita a uma entrevista, é importante saber com qual categoria você está tratando. No jornalismo policial, por exemplo, você necessita ouvir a polícia, no papel do delegado, a vítima, e se possível testemunhas, que observaram e com as novas mídias, em alguns casos, registraram o fato por celular, assim facilitando a conclusão da informação.

Há vários tipos de fonte que transmitem a informação, adicionadas a uma notícia para permitir sua interpretação constituem pressupostos que, combinados com a notícia conduzem a conclusões em raciocínios do tipo:

“se... então” (implicações) ou “se e somente se.... então” (equivalência): se a moeda desvaloriza então o produto nacional fica mais barato para os estrangeiros; se o produto nacional fica mais barato para os estrangeiros, eles deverão comprar mais; se os estrangeiros comprarem mais, então a produção será incentivada; se a produção for incentivada, então os custos tendem a baixar, etc. (LAGE, 2001, p. 61.)

Qualquer que seja a matéria que o jornalista esteja fazendo, há fontes que são confiáveis e outras não, e em alguns casos elas recebem uma classificação, onde facilitam a maneira que o repórter irá estruturar sua matéria. As fontes oficiais são aquelas transmitidas pelo Estado: instituições que representem o poder do Estado, cartórios, empresas, organizações, sendo sindicatos, associações, fundações, entre outras. Fontes oficiosas falam por alguém, ou seja, facilmente podem ser desmentidas. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso.

FONTES OFICIAIS: Falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticos duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. Comumente, sonegam informações de que efetivamente dispõem (os segredos de Estado, os dados confidenciais ou reservados, constituem uma categoria que costuma expandir-se além do justificável), destacam aspectos da realidade que convêm às instituições (preferindo, por exemplo, números relativos a absolutos, ou o contrário), alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se. Funcionários mentem também por desleixo e preguiça, por vaidade e para se livrar do repórter chato

FONTES OFICIOSAS: Expressando geralmente interesses particulares dentro de uma instituição, podem ser preciosas porque evidenciam algumas dessas manobras. No entanto, protegidas em regra pelo anonimato – o que dizem devem ser publicado *off the Record*, isto é, sem menção da origem da informação -, são o veículo predileto para os balões de ensaio, anúncios feitos com o objetivo de medir reações e que, portanto, provavelmente não se confirmarão. (LAGE, 2001 p. 64.)

As formas que as fontes são classificadas facilitam a maneira e o enfoque que o repórter dará a matéria. As fontes primárias e secundárias também fazem parte desta classificação. Em “A Reportagem” (2001) fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. As fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais.

Se formos contextualizar, em uma apuração de uma eleição nossas fontes primárias seriam os candidatos que concorrem ao cargo. Já as fontes secundárias, são os partidos, que eles representam e a própria população. Esse cuidado em selecionar a fonte mais adequada permite ao repórter decidir o melhor enfoque para a notícia e matéria construída.

Segundo Lage (2001) as notícias jamais seriam conhecidas, ou demorariam muito a ser, se não fosse a iniciativa das fontes em divulgá-las por algum interesse próprio. É necessário distinguir o profissional da redação de um jornal e o jornalista de uma assessoria de comunicação. Na assessoria o interesse é repassar a informação, comunicar, mas jamais tornar fonte o próprio assessor. Jornalista não é fonte.

O jornalista na assessoria, tanto quanto no jornal, é um intermediário. Está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que autoriza selecionar e tornar público o que possa ser interessante. Deve conjugar isso com seu compromisso com o empregador: desempenhar a tarefa com inteligência, o que significa gerir conflitos de interesses que sempre cercam a administração da informação. (LAGE 2001, p. 70.)

Lage (2001) explica de maneira fácil o papel da fonte de informação: credibilidade torna-se o produto mais caro e difícil de recuperar para qualquer empresa ou instituição. Eis aí o argumento prático, o risco contábil, em defesa de maior responsabilidade com a informação.

4 COBERTURA DA GREVE

O jornal de maior circulação no Brasil, a *Folha de S. Paulo* se notabilizou por cobrir os principais fatos e acontecimentos na história do nosso país. Fundado em 19 de fevereiro de 1921, passou por várias mudanças ao longo dos anos. Um jornal conhecido por debater e dar espaço ao leitor para criticar, explicar e ressaltar assuntos do cotidiano e de grande influência na sociedade.

A *Folha* quando lançou o “Manual Geral da Redação” (1987), esclarece dúvidas e posições que o jornal toma. O jornal se considera apartidário. Este conceito não se confunde com a pretensa neutralidade de quem não toma partido. Segundo o Manual, a *Folha* procura assumir uma posição clara em todas as questões controversas.

O apartidarismo da Folha significa que o jornal toma partido em relação à questão discutida, nunca em relação às facções que se debatem em torno dela. A Folha não se atrela a nenhum grupo, tendência ideológica ou partido político. Mesmo quando toma partido em favor de uma tese, ideia ou atitude, a Folha não deixa de noticiar outras que se oponham a ela. (FOLHA DE S. PAULO, 1987 p. 27.)

As mudanças e revoluções no jornal não foram poucas. Entre as novidades que a Folha encabeçou, estão a informatização das redações, os portais na internet, produtos do *Grupo Folha*, entre outras diversas novidades lançadas. De acordo com divulgação da própria publicação, o jornal deu um passo adiante quando unificou as redações (2009).

Segundo o manual da *Folha*, a partir da década de 80 a liderança na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação. Na mesma época a Folha se tornou a primeira redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador para a Redação e edição de texto. O jornal passa a economizar 40 minutos no processo de produção.

Em 1992, o jornal implantou o Manual da Redação e Estilo, em que traz concepções relacionadas ao necessário exercício da imparcialidade, em ouvir os dois lados de uma história. Pela primeira vez, um manual de jornalismo condensa uma concepção de jornal, política editorial às fases de produção.

No Brasil, a *Folha* se tornou o jornal pago com o maior número de exemplares, em média mais de trezentos mil por dia (IVC, 2012). Segundo a própria *Folha de S. Paulo*, o objetivo deles é passar a informação correta, uma interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.

A *Folha* criou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. A personalidade do jornal ajudou a moldar o estilo de imprensa reconhecido.

A apuração da greve nas universidades federais brasileiras no ano de 2012 foi mais um acontecimento importante no país, em que a *Folha de S. Paulo* esteve presente, mas será que o necessário para fazer uma cobertura digna dos padrões *Folha*? Na primeira semana de greve no país, a *Folha de S. Paulo* publicou apenas 4 matérias no jornal, sendo duas em um mesmo dia.

Pelo lado do jornal, as universidades públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram as mais observadas. A *Folha* trabalha *online* diariamente e conta com *Twitter*, *Facebook*, e matérias em tempo real em seu sítio na internet. A partir disso as matérias que saiam no jornal, logo eram publicadas nos meios de comunicação *online*.

Nas matérias publicadas pelo jornal foram ouvidos alunos, professores, sindicatos e principalmente o governo. As redações e correspondentes de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enviavam notícias sobre o andamento da greve em cada região. Notas e esclarecimentos enviados por assessorias, em alguns momentos foram utilizados pelo jornal. Todas as matérias que saíram sobre o caso não tiveram um espaço grande no jornal. A greve ainda era novidade, porém milhares de alunos já estavam sem aula pelo país.

Segundo o jornalista Antônio Gois, a imprensa tem a sua parcela de culpa pelo pouco destaque do ensino na mídia. Por outro lado a sociedade não valoriza a educação como deveria. O papel do jornalista é publicar o que está acontecendo. As matérias veiculadas pelo jornal deixaram claro que o país enfrenta um período onde governo e professores não se entendiam, não dialogavam e não havia acordo para uma rápida solução.

O professor Muniz Sodré, em entrevista ao Canal Brasil, diz que se a imprensa se interessasse pela Educação, estaria noticiando com mais destaque a greve dos professores das universidades federais. O professor também critica a

forte presença do viés econômica nas políticas públicas de Educação e lamenta o desinteresse de todo o país pela greve.

A grande questão sobre a cobertura das greves nas universidades federais pelos professores é a maneira com que ela foi executada. Por ser um jornal que nos últimos anos deixou claro seu lado político no país, a desconfiança aumenta em relação à cobertura que é feita. A influência política e econômica no que foi noticiado, a partir das pessoas que foram ouvidas, é que deve ser analisado. O mal-estar que cerca a imprensa passou a se traduzir em três acusações predominantes: ela seria superficial, invasiva e pessimista.

Hoje a *Folha de S. Paulo* opta por simplificar e praticar uma disposição crítica do que a sociedade espera ler. Às vezes o jornalismo mais fácil não é aquele que a sociedade procura, e em muitos casos o posicionamento do jornal torna-se o referencial para a população. A reclamação dos professores e de quem participou da greve nas universidades eram as mesmas. A falta de cobertura da imprensa incomodava, porém o início da greve pegou todas as redações dos veículos de comunicação no país, de surpresa. Até os próprios alunos não entendiam o que estava acontecendo, em um dia tinha-se aula, na manhã seguinte, faixas e protestos nas universidades.

A *Folha de S. Paulo*, em o “*Manual Geral da Redação*”, explica a política editorial do jornal. A opinião da *Folha*, segundo o manual, se expressa formalmente em seus editoriais.

Os editoriais não dirigem o noticiário, mas a Redação deve procurar investir na produção de textos sobre os temas abordados com frequência em editorial. O jornal estimula a produção de artigos assinados que estejam em divergência com as posições dos editoriais. Nada impede que a *Folha* mude de opinião; em tais casos, o jornal deve dizê-lo com clareza ao leitor. (FOLHA DE S. PAULO, 1987 p. 30.)

O Manual sugere que a linha editorial da *Folha de S. Paulo* seja enfática sem ser estridente, sereno sem ser pesado e desinteressante; deve expressar os pontos de vista do jornal de maneira aguda, sem tergiversar (FOLHA DE S. PAULO, 1987 p. 75.).

5 METODO DE OBSERVAÇÃO

Para verificar a imparcialidade e objetividade nas reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* durante a greve das universidades federais em todo o Brasil no início do ano de 2012, foram analisadas cinco reportagens da primeira semana de paralisação, entre o dia 17 de maio de 2012 e 24 de maio de 2012. Entre as cinco reportagens analisadas, duas foram publicadas no mesmo dia. Devido à falta de textos durante a primeira semana de greve, a quinta reportagem foi veiculada pela *Folha* no dia 26 de maio, um sábado, dez dias após o início da greve. Todas as matérias selecionadas foram publicadas no caderno Cotidiano do jornal.

A estratégia utilizada para a análise foi a de contabilizar fontes, citações e argumentos. O número de fontes de informação citadas nas reportagens da *Folha de S. Paulo* facilita a compreensão da linha de argumentos das reportagens. Para isso foi feito uma tabela onde o número de citações, quais foram às fontes utilizadas e a quantidade de vezes que foram utilizadas nas reportagens será verificado.

Em *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin (2010) é abordado que a análise quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. Para Bardin, quantitativo impera na obtenção de dados descritivos através de um método estatístico, ou seja, torna-se uma análise mais exata e mais objetiva. A coleta de dados de uma análise quantitativa, parte de uma seleção de fontes e números de vezes que foi verificado no texto.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de <<desocultação>>, responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura <<normal>> do leigo é ser agente duplo, detective, espião (BARDIN, 1977, p.9).

Através da análise do conteúdo das reportagens publicadas pela *Folha*, e o número de fontes utilizadas nos textos, este trabalho levanta os argumentos nas reportagens veiculadas no início da greve pela *Folha*. Na disputa de versões entre

governo e grevistas, foi observado quem teve mais espaço para explicar o que realmente acontecia no Brasil, no início da greve. Para qual lado o número de fontes de informação, os lides e sublides das matérias pesaram mais e diante disso verificar influências nas reportagens.

Durante a análise das reportagens da *Folha de S. Paulo*, também foram verificados os lides, sublides e o corpo dos textos. A solução para isso foi separar parágrafo por parágrafo de forma que a análise fosse mais completa. Na tabela de reportagem, primeiramente, analisamos quais as fontes de informação estavam nas matérias publicadas pelo jornal, logo em seguida o número de citações dispostas nos textos e o último ponto da tabela foi à classificação das fontes, em oficial, documental, entre outras. A tabela também será dividida entre pró grevistas, em relação a categoria dos professores em greve em todo o Brasil, e pró governo, fontes que falam em nome do governo.

Os lides² serão analisados um por um para a verificação dos principais pontos escritos no início da reportagem. A maneira como um lide é escrito, em pirâmide invertida, onde as informações principais do texto encabeçam a matéria, facilita a análise. A disposição das fontes é importante nesta análise, a verificação de que fonte sempre teve a palavra primeiramente no texto é fundamental.

O sublide³ contém a segunda parte mais importante do texto, geralmente é o espaço da matéria onde aparecem as primeiras fontes de informação, sejam elas personagens, citações, entre outros. (LAGE, 2001). A análise em cima desta parte da reportagem funcionará semelhante ao lide, porém de acordo com que as fontes de informação forem surgindo é importante detalhar o papel desta fonte e o que ela diz, para fazer uma verificação ainda mais correta e imparcial.

O corpo do texto formado pelos parágrafos seguintes, e serão neles que outras fontes de informação aparecerão de maneira contundente, com citações, aspas e em alguns casos mais uma vez. Esta análise será um pouco maior, pois nesta parte da verificação, trechos das matérias, informando o que realmente foi colocado por cada fonte de informação e a maneira com que foi colocada serão

² **Lide (*lead*):** primeiro parágrafo do texto jornalístico, contendo as respostas às seis perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê? Parte da ideia da pirâmide invertida, ou seja, as informações em ordem decrescente de importância.

³ **Sublide (*sublide*):** segundo Lage (2001) expõem-se aqui os documentos enunciados no livro.

analisados, além da disposição dos personagens, como por exemplo, quem teve prioridade, quem pode falar primeiro os caminhos e o foco do texto.

O lide exerce o papel mais importante da matéria, porque nele são esclarecidos os fundamentos básicos do jornalismo, como, onde, quem, quando, onde, o que e por que. Ainda os esclarecimentos por parte das fontes de informação, o peso das fontes de informação, que no caso tratando-se de uma greve nacional de professores e funcionários de universidades federais, deve dar um peso maior para o corpo do texto.

Fotografias publicadas nos jornais, títulos e subtítulos das matérias não serão verificadas, a partir do momento que a análise deve ser formulada pelo número de fontes de informação dispostas no texto.

Em cada reportagem, primeiramente, foram verificados os números de parágrafos e de fontes de informação distribuída na matéria. Logo em seguida a ordem de análise será sempre a mesma: o lide das matérias, logo depois o sublide, o corpo do texto e por fim a tabela de análise de reportagem, fazendo um balanço daquilo que entrou nos textos do jornal. Não serão analisadas a disposição das matérias nas páginas, ou o número da página onde foi veiculado, se foi ímpar ou par.

Não há limite de linhas para análise de qualquer matéria, seja uma reportagem com 6 parágrafos ou com 15 parágrafos. O que está sendo verificado é tudo aquilo que foi veiculado no período da primeira semana de paralisação nas universidades federais.

Este trabalho está amparado na lógica exposta por Bardin (2010) em *Análise de Conteúdo*, que explica que as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1. Pré – análise, 2. A exploração do material, 3. O tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto ser preciso (BARDIN, 2010, p. 121.).

Outro ponto importante da análise neste trabalho é a regra da representatividade. Segundo Bardin (2010) pode ser feita em uma amostra desde que o material seja útil. A amostragem diz-se rigorosa se a mostra for uma parte representativa do universo inicial.

Para se proceder à amostragem é necessário ser possível descobrir a distribuição dos caracteres dos elementos da amostra. Um universo heterogêneo requer uma amostra maior do que um universo homogêneo. A costureira, para que possa fazer ideia de uma peça de tecido com flores, tem necessidade de uma amostra maior desse tecido do que aquela que seria necessária para ter a ideia de um tecido liso. Tal como para uma sondagem, a amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por quotas (sendo conhecidas as frequências das características da população). (BARDIN, 2010. p. 123).

Analisando o conteúdo da *Folha de S. Paulo*, os artigos de jornais sobre uma mesma realidade ou entrevistas desenvolvidas sobre um mesmo assunto falam das mesmas coisas, mas com maneiras de fazer e processos diferentes. Segundo Bardin (2010), uma leitura pelo analista permite assinalar oposições, que são codificadas na forma de termos pela sua presença ou ausência em cada texto.

| PASSO A PASSO DESTA ANÁLISE |
|---|
| <i>1º Seleção das fontes</i> |
| <i>2º Separação das fontes</i> |
| <i>3º Classificação das fontes entre pró grevistas e pró governo</i> |
| <i>4º Numeração de citações</i> |
| <i>5º Avaliação dos argumentos a partir dos enunciados expostos pelo repórter</i> |

6 ANÁLISE DE REPORTAGENS

6.1 *Dia 17 de maio. Professores de 34 universidades federais entram em greve* – (Autora: Flávia Foreque)

A reportagem é apresentada em sete parágrafos com duas citações. Trata-se do primeiro material publicado sobre o assunto. As informações encontram-se assim distribuídas:

No Lide: O primeiro parágrafo da reportagem explica de forma clara o que realmente se passa com a categoria dos professores universitários, que entraram em greve. Deixa evidente que o movimento exige mudanças e melhorias. A repórter informa que os grevistas querem pressionar o governo, como pode ser lido na primeira frase da matéria: “Professores de universidades federais iniciaram movimento de greve nesta quinta-feira para pressionar o governo a debater o plano de carreira da categoria e melhorias na estrutura de ensino”.

No Sublide – Aqui aparece a primeira fonte de informação, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, trazendo a informação de que mais de 34 instituições federais aderiram à greve no país. Nesta parte da reportagem, a fonte também indica que na semana seguinte, assembleias, reuniões e debates, apontariam que novas instituições iriam aderir o movimento.

No Corpo do texto – Nos cinco parágrafos restantes, há o ingresso de argumentos do presidente da ANDES, Almir Menezes Filho, sobre reajustes feitos pelo governo para servidores públicos, como por exemplo, no quarto parágrafo: “Foi um acordo emergencial que o governo transformou em medida provisória com a pressão dos indicativos de greve. Se a discussão da carreira tivesse se desenvolvido, provavelmente não estaríamos nessa situação”, afirmou Menezes. Nos parágrafos seguintes outra fonte de informação aparece no texto. O governo, através de nota do Ministério da Educação, informou que as providencias necessárias estariam sendo tomadas e que o ministro Aloizio Mercadante interferiu diretamente junto a presidente Dilma Rousseff para transformar o reajuste em uma medida provisória.

Um trecho da nota deixa claro o posicionamento do Estado: "Com relação ao plano de carreira dos professores e funcionários, a negociação prevê sua aplicação somente em 2013. Os recursos devem ser definidos na LDO até agosto deste ano, o que significa que há prazo e prioridade. As negociações com o Ministério do Planejamento e as representações sindicais seguem abertas".

Na quinta-feira dia 17 de maio em todo o país é informado que as universidades federais entram em greve. Professores e funcionários de mais de 34 universidades em todo o Brasil aderiram o movimento. Essa foi a primeira reportagem divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo

Tabela 1: Análise de Reportagem

| 1º Matéria Quinta-feira | Pró Grevistas | Pró Governo |
|------------------------------------|--|--|
| Fontes | Almir Menezes Filho, diretor do Andes – 1º, 4º e 5º parágrafo. | Em nota, o Ministério da Educação – 6º e 7º parágrafo. |
| Citações | 3 | 2 |
| Classificação | Fontes oficiais | Fontes oficiais |
| Argumentos principais | <ol style="list-style-type: none"> 1. Governo voltou atrás em reajustes salariais. 2. Defesa do fim das classes de carreira. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Transformar o reajuste em medida provisória. 2. As negociações com o Ministério do Planejamento e as representações sindicais seguiam abertas. |

(CADENGUE, 2012)

6.2 Dia 18 de maio. Presidente cancela agendas para evitar grevistas (Autora: Kelly Matos e Catia Seabra)

A segunda reportagem sobre a paralisação de professores e funcionários em universidades federais em todo Brasil também conta com sete parágrafos e duas fontes de informação passadas por assessorias. As informações encontram-se assim distribuídas:

No Lide: Logo no primeiro parágrafo da reportagem as repórteres explicam que a presidente Dilma Rousseff cancelou compromissos de agenda pública. “Temendo manifestações de grevistas em Diadema (SP) e em Porto Alegre (RS), a presidente Dilma Rousseff cancelou agendas públicas que cumpriria nas cidades”, escreveram. Ela teria duas viagens marcadas, para São Paulo e o Rio Grande do Sul.

No Sublide: Nesta parte da matéria as autoras citam uma fonte de informação oculta, a versão da assessoria da presidência da República, como neste trecho da matéria: “Embora o governo não confirme a relação dos cancelamentos com as greves, assessores do Planalto reconheceram que a presença de Dilma poderia gerar uma situação constrangedora”.

No Corpo do texto: Nos parágrafos seguintes, segundo a agenda oficial da presidenta, ela inauguraria um edifício de uma faculdade em São Paulo, mas preferiu evitar o encontro com os estudantes, como é dito neste trecho da matéria: A agenda foi cancelada por causa da greve nacional de professores de universidades federais. Segundo a reportagem, na agenda da presidente em São Paulo havia a previsão de uma visita ao campus da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) em Diadema pela manhã, onde Dilma e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, inaugurariam o edifício. Na sequência da matéria outra fonte de informação é ouvida indiretamente. Através de nota a Unifesp esclarece o que os alunos pretendiam. Segundo a assessoria da Unifesp, os estudantes pretendiam conversar com a presidente sobre a greve. Mesmo sem Dilma, eles mantiveram a manifestação.

Tabela 2: Análise de Reportagem

| 2º Matéria Sexta-feira | Pró Grevistas | Pró Governo |
|-----------------------------------|------------------------------------|---|
| Fonte | Assessoria Unifesp – 6º parágrafo. | Assessoria Presidência da República e Agenda da presidenta – 3º e 5º parágrafo. |
| Citações | 1 | 2 |
| Classificação | Fonte oficial | Fonte documental e oficial |

| | | |
|------------------------------|--|---|
| Argumentos principais | 1. Estudantes da Universidade Federal de São Paulo e queriam apenas conversar com a presidenta Dilma Rousseff. | 1. A viagem a São Paulo teria sido cancelada para não gerar uma situação constrangedora com os alunos, já que a comitiva tinha a intenção de inaugurar um edifício na Universidade. |
|------------------------------|--|---|

(CADENGUE, 2012)

6.3 Dia 23 de maio. Professores de 5 dos 6 da campi da Unifesp aderem à greve nacional. (Autor: Redação Brasília, Rio e São Paulo)

Na quarta-feira da semana seguinte ao início das greves nas universidades federais a quarta reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* explica sobre o número de professores que participam da paralisação nacional. Está conta com doze parágrafos e duas fontes de informação. As informações encontram-se assim distribuídas:

No Lide: No início da reportagem, logo no lide, a *Folha de S. Paulo* informa neste trecho que: “A Universidade Federal de São Paulo aderiu ontem à greve nacional dos professores das instituições de ensino federais”. No momento mais uma instituição aderiu à greve. Mesma universidade que na semana anterior a presidente Dilma não visitou temendo manifestações de estudantes.

No Sublide: No sublide do texto a matéria explica nesta frase que: cinco dos seis campi da universidade participam da paralisação. Exceção do campus de Guarulhos.

No Corpo do texto: Nos parágrafos seguintes a matéria explica a situação dos professores em relação a paralisação e traz a versão do comando nacional da greve, como por exemplo neste trecho: Segundo o sindicato atualmente, um professor federal precisa passar por 17 níveis para atingir o patamar mais alto de remuneração. Os grevistas pedem uma redução para 13. O comando nacional da greve pronuncia-se através do Andes, sindicato nacional dos docentes de ensino

superior. Uma citação de Aluísio Finazzi, do comando nacional de greve, ele diz que: "O principal é a questão da carreira, que está parada. Nós fizemos diversas reuniões com o governo, e não se modificou praticamente nada".

No último parágrafo do texto o Ministério da Educação, através de uma nota é utilizado como fonte, onde diz que "há prazo e prioridade" para discutir a pauta de reivindicações, em relação as conversas da categoria com o governo.

Tabela 3: Análise de Reportagem

| 3º Matéria Quarta-feira | Pró Grevistas | Pró Governo |
|------------------------------------|---|--|
| Fontes | Comando Nacional da Greve, Aluísio Finazzi – 4º, 6º e 9º parágrafo. | Nota Ministério da Educação – 13º parágrafo |
| Citações | 3 | 1 |
| Classificação | Fontes oficiais | Fonte oficial |
| Argumentos principais | <ol style="list-style-type: none"> 1. Não tem um reajuste salarial desde 1980. 2. Reuniram-se com o Governo e nada mudou. | <ol style="list-style-type: none"> 1. A intenção é chegar a um consenso até o final de agosto. 2. Há prazo e prioridade para discutir a pauta de reivindicações. |

(CADENGUE, 2012)

6.4 Dia 23 de maio. Fim da primeira semana de greve - É um prejuízo indevido, diz ministro da Educação sobre greve de professores. (Autora: Flávia Foreque)

Na última reportagem da primeira semana de greve nas universidades federais, uma curiosidade, o jornal *Folha de S. Paulo* veiculou duas matérias, na mesma edição, sobre o assunto. Na publicação há dez parágrafos e conta com três citações. As informações encontram-se assim distribuídas:

No Lide: A reportagem começa, logo no lide, com uma fonte de informação determinante na relação dos grevistas com o governo que é o ministro da Educação Aloizio Mercadante. O lide afirma que o ministro não está nem um pouco satisfeito com a greve nas instituições. Outra fonte que aparece no lide é o Sindicato nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior onde informa o número de universidades que já aderiram à greve.

No Sublide: Nesta parte da matéria o governo já ouvido no trecho em que o ministro da Educação fala que não há nenhuma razão para a paralisação devido ao prazo que ainda existe para se chegar a um acordo. O sublide explica que este é o prazo que a União tem para encaminhar ao Congresso Nacional a previsão de seu orçamento para 2013.

No Corpo do texto: Nos oitos parágrafos restantes foi ressaltada a visão do governo de que a ação dos grevistas era precipitada e que eles deviam repensar a ação deles no momento. Neste trecho da matéria o ministro da Educação, Aloizio Mercadante explica porque os professores devem reconsiderar a paralisação. "Eu acho que é um prejuízo indevido [para os alunos] e espero que haja espaço para que seja feita uma avaliação sobre essa iniciativa diante de uma negociação em aberto. (...) Não há necessidade de uma greve neste momento", explicou em coletiva.

No último parágrafo a *Folha de S. Paulo* trouxe a informação de uma medida provisória estabelecida pela presidente, mas segundo o sindicato nacional, outra fonte de informação, não foi o que ficou acertado. Neste trecho da matéria, por exemplo, o sindicato nacional alega que o reajuste foi resultado de um "acordo emergencial" e afirma que a pauta principal é a reforma do plano de carreira.

Tabela 4: Análise de Reportagem

| 4º Matéria Quarta-feira | Pró Grevistas | Pró Governo |
|------------------------------|---|---|
| Fontes | ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) – 1º, 9º e 10º parágrafo. | Ministro da Educação, Aloizio Mercadante – 1º, 2º, 3º, 6º e 8º parágrafo. |
| Citações | 3 | 5 |
| Classificação | Fontes oficiais | Fonte oficial |
| Argumentos principais | <ol style="list-style-type: none"> 1. 44 instituições em todo Brasil já aderiram o movimento. 2. Pedem uma melhor estrutura para lecionar as aulas. Os espaços físicos das Universidades não acompanhou o desenvolvimento do ensino superior. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Não há razão para uma paralisação já que o prazo e as conversas estavam em andamento. 2. Reconhece que teve atraso no cronograma de negociações devido à morte, em janeiro de 2012, o secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. Ele participava da maioria das negociações dos servidores em geral. |

(CADENGUE, 2012)

6.5 Dez dias depois. Greve atinge 70% das universidades federais. (Autor: redação Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul)

A reportagem conta com oito parágrafos e quatro citações. As informações estão assim distribuídas:

Lide: Esta reportagem, em especial, traz no lide, dez dias após o início da greve nas universidades federais, ou seja, fora do prazo da primeira semana de paralisação um balanço das universidades paradas no Brasil. Segundo a própria *Folha de S. Paulo* 70% das universidades do país estão em greve e a Universidade Federal de São Paulo está quase próxima da paralisação total.

Sublide: Logo abaixo o sublide da reportagem é explicativo de forma que a primeira fonte de informação, Sônia Lúcia, vice-presidente do ANDES, garante que as quatro

universidades federais do Rio de Janeiro já aderiram a greve, e que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, está parcialmente parada, cerca de 70% dos professores aderiram a greve.

Corpo do texto: Nos seis parágrafos seguintes a reportagem esclarece as tendências e os partidarismos das greves, como por exemplo no quarto parágrafo onde a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Marina Barbosa, diz que todas as universidades federais em greve são da Andes. Universidades adeptas da Proifes, (CUT, ligada ao PT, partido governista), não pararam. Outra fonte de informação aparece na matéria, logo no quinto parágrafo o dirigente sindical, assistente social da Universidade Federal de Viçosa, afirma que a categoria discute desde agosto de 2010 com o governo. "Como as propostas não mudaram desde lá resolvemos tomar a medida extrema da greve", afirma. A reportagem também traz uma das principais reivindicações da categoria, o aumento salarial.

A presidente do ANDES, Marina Barbosa, em trecho da reportagem explica isso: "Queremos que o piso mude dos atuais R\$ 557, 51 para R\$ 2.329,35, valor calculado pelo Dieese". Por fim a reportagem mantém o discurso do governo, que na semana inicial da greve classificou a paralisação dos professores das instituições federais como precipitada e sem nenhuma justificativa.

Tabela 5: Análise de Reportagem

| 5ª Matéria Sábado | Pró Grevistas | Pró Governo |
|------------------------------|--|---|
| Fontes | Sônia Lúcio, vice-presidente do Andes, Marina Barbosa presidente do ANDES e o dirigente sindical, assistente social da Universidade Federal de Viçosa. – 2º, 3º, 5º, 7º e 8º parágrafos. | Declarações da semana anterior do Ministro da Educação Aloizio Mercadante. – 8º e 9º parágrafos |
| Citações | 5 | 2 |
| Classificação | Fontes oficiais | Fonte oficial |
| Argumentos principais | 1. O movimento tem dois eixos: a reestruturação da | 1. O Ministério da Educação classifica a greve dos |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>carreira e a melhoria da infraestrutura educacional.</p> <p>2. Como a categoria conversa desde 2010 e as propostas não mudaram, a opção foi a medida extrema de greve.</p> | <p>professores das instituições federais como precipitada e sem justificativa.</p> |
|--|---|--|

(CADENGUE, 2012)

Observação geral das reportagens

| 5 matérias analisadas | Pró Grevistas | Pró Governo |
|------------------------------|--|---|
| Fontes | <p>Almir Menezes Filho, diretor do Andes.</p> <p>Assessoria Unifesp.</p> <p>Comando Nacional da Greve, Aluísio Finazzi.</p> <p>Sônia Lúcio, vice-presidente do Andes.</p> <p>Marina Barbosa presidente do ANDES.</p> <p>Assistente social da Universidade Federal de Viçosa.</p> | <p>Nota Ministério da Educação.</p> <p>Assessoria Presidência da República.</p> <p>Agenda da presidenta.</p> <p>Ministro da Educação, Aloizio Mercadante.</p> |
| Citações | 15 | 12 |
| Classificação | Fontes oficiais | Fontes oficiais e fontes documentais |
| Repetição de palavras | Reajuste. Reestruturação. Governo. Universidades. | Negociações. Conversas. Prazo. |

(CADENGUE, 2012)

Apesar de, como indica na tabela acima, exibir um número maior de fontes de informação pró grevistas, necessariamente, pode-se destacar que existe um

equilíbrio de argumentos na contabilidade geral, mas, ao nos determos, a cada espaço do texto, a ideia de imparcialidade pode ser trazida a tona. Em quatro reportagens os argumentos do lide favorecem o governo, por exemplo, como na reportagem 1, “Professores pressionam o governo”, e também na reportagem 4, como neste trecho: “O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, criticou nesta quarta-feira a greve de professores de universidades federais”.

Na reportagem 2, o lide da matéria critica a presidenta Dilma Rousseff, ao escrever que Dilma cancelou seus compromissos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, temendo manifestações. Logo no sublide o jornal tratou de informar que as viagens oficiais foram canceladas, por receio de causar uma situação constrangedora.

A disposição das citações nos textos também deve ser analisada. Em algumas matérias as citações aparecem logo abaixo do lide, em outras as fontes são utilizadas no fim das reportagens. Mesmo com um número maior de personagens e citações, a categoria dos grevistas não foi favorecida nas matérias da *Folha de S. Paulo*.

Nos dois lados os argumentos que mais prevalecem nas reportagens foram os termos de reajuste, onde na maioria das vezes, as matérias explicam o posicionamento e as principais reivindicações da categoria em greve. Outro termo utilizado alguma vez foi reestruturação. Outra reivindicação dos professores era melhores condições de trabalho nas universidades, com isso aumentando e reestruturando os espaços físicos.

Pelo lado do governo, os termos mais utilizados foram: negociações, onde em muitos argumentos o governo salienta que as negociações foram abertas e estava disposto a conversar. Outra palavra repetida foi prazo. Para o governo os prazos de negociação foram mantidos e a paralisação era precipitada.

CONCLUSÃO

Seria precipitado avaliar determinados materiais como imparciais se não avaliarmos o texto em sua totalidade, momento a momento. O que, pela contagem geral, pode ser entendido como imparcial, quando vai se analisar o primeiro paragrafo do texto, existe um desequilíbrio contra os professores. A partir da análise feita neste trabalho, ao observar cinco reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na primeira semana de greve nas universidades federais no Brasil em 2012, foi possível perceber a influência e a maneira com que o tema foi tratado. O foco principal de análise foram as fontes de informação utilizadas pelo jornal, e quem foram as pessoas escolhidas para falar. Ao todo foram seis fontes de informação ouvidas, pró grevistas, professores e funcionários das universidades que fizeram a greve, e o Ministro da Educação Aloizio Mercadante, a agenda presidencial e a assessoria da presidência por parte do governo.

Segundo análise, nesta queda de braço grevistas e governo, a interferência do jornal *Folha de S. Paulo* foi em relação à divulgação do que se passava no país naquele momento. Na primeira semana de greve, mais de 70% das universidades federais em todo Brasil paralisaram suas aulas, e apenas cinco matérias foram publicadas pelo o jornal. O texto das reportagens não favorecia grevistas ou governo, até porque o sindicato dos professores, e universidades foram ouvidos e até tiveram mais espaços nas matérias, enquanto o governo limitou-se a pronunciar-se através de notas do Ministério da Educação e uma coletiva concedida pelo ministro Aloizio Mercadante.

Uma das percepções é que faltou ouvir os estudantes nas matérias publicadas, fora o lado dos grevistas e do governo, eles foram os maiores prejudicados de todos com a paralisação das aulas nas universidades federais, que do dia para a noite os estudantes não tinham mais aula e não sabiam o que estava acontecendo.

A forte influência política do governo foi predominante em relação ao conteúdo das reportagens, além da pequena cobertura dos veículos de comunicação. Não que houvesse um complô para prejudicar a categoria dos professores, mas a não cobertura deixou todo o movimento com menor destaque e com isso o diálogo entre grevistas e governo ficaria mais fácil. A posição tomada

pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante a cobertura dos primeiros acontecimentos da greve foi cautelosa.

A principal verificação desta análise de conteúdo é que a mídia pode ser um importante aliado na busca pela excelência no ensino, e não o contrário. Mesmo com uma cobertura tímida, o espaço que a mídia dá a educação, seja em cadernos de educação em jornais ou em programas educativos na TV é a forma que a imprensa tem para pressionar o poder público a melhorar a qualidade de ensino.

A cobertura exercida pelos veículos deve ser isenta e sem interesse algum, mas o que foi possível constatar nas matérias analisadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* foi um resquício de medo. O medo da cobertura da greve nas universidades deve-se ao confronto direto ao poder público, principal negociador com a categoria neste caso.

As cinco reportagens mostraram que as fontes ouvidas foram iguais para ambos, grevistas e governo, mas na queda de braço, o verdadeiro vencedor desta batalha tornou-se o poder público. Com o pequeno número de reportagens, poucos foram aqueles que sabiam o que estava se passando no Brasil. As novas mídias, através da população, trouxeram muito mais informação do que nossos jornais e programas de TV. A análise deve ser feita em cima do nosso papel de jornalista e transmissor de informação e notícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edição 70. Lisboa: Editora 2010, 2008.

FOLHA, Folha de S. Paulo. *Manual Geral da Redação*. 2º edição. São Paulo: Editora Folha, 1987.

KOVACK E ROSENSTIEL, Bill e Tom. *Elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

LAGE, Nilson. *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. São Paulo: Editora Record, 2001.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo: Paradigmas da Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo II*. Volume 2. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

ANEXOS**Anexo A****JORNAL FOLHA DE S. PAULO****REPORTAGEM 1:**

17/05/2012

QUINTA-FEIRA

PROFESSORES DE 34 UNIVERSIDADES FEDERAIS ENTRAM EM GREVE

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

Professores de universidades federais iniciaram movimento de greve nesta quinta-feira para pressionar o governo a debater o plano de carreira da categoria e melhorias na estrutura de ensino.

De acordo com o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), 34 instituições já entraram em greve hoje e outras podem aderir à paralisação após assembleias, agendadas para a próxima semana.

Universidades federais do Espírito Santo, Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul, por exemplo, aderiram à greve, afirmou Almir Menezes Filho, diretor do Andes. No início da semana, o governo editou medida provisória autorizando reajustes salariais, entre outros benefícios, para quase um milhão de servidores federais ativos, aposentados e pensionistas - dentre eles, professores universitários.

Os docentes de universidades federais ganharam reajuste de 4%, percentual abaixo da inflação. "Foi um acordo emergencial que o governo transformou em medida provisória com a pressão dos indicativos de greve. Se a discussão da carreira tivesse se desenvolvido, provavelmente não estaríamos nessa situação", afirmou Menezes.

"Nós defendemos o fim de classes na carreira, [como] professor auxiliar, assistente, adjunto, associado. Não tem diferença nenhuma de função [entre elas]", completou.

MEC

Em nota, o Ministério da Educação destacou que o ministro Aloizio Mercadante "interferiu diretamente junto a presidenta Dilma Rousseff" para transformar o projeto de lei que previa o reajuste em medida provisória. A proposta havia sido encaminhada ao Congresso em agosto do ano passado, mas não avançou no Legislativo.

"Com relação ao plano de carreira dos professores e funcionários, a negociação prevê sua aplicação somente em 2013. Os recursos devem ser definidos na LDO até agosto deste ano, o que significa que há prazo e prioridade. As negociações com o Ministério do Planejamento e as representações sindicais seguem abertas", afirma trecho da nota.

ANEXOS**Anexo B****JORNAL FOLHA DE S. PAULO****Reportagem 2:**

18/05/2012

SEXTA-FEIRA

Presidente cancela agendas para evitar grevistas**KELLY MATOS**

DE BRASÍLIA

CATIA SEABRA

ENVIADA ESPECIAL A PORTO ALEGRE

Temendo manifestações de grevistas em Diadema (SP) e em Porto Alegre (RS), a presidente Dilma Rousseff cancelou agendas públicas que cumpriria nas cidades.

Embora o governo não confirme a relação dos cancelamentos com as greves, assessores do Planalto reconheceram que a presença de Dilma poderia gerar uma "situação constrangedora".

Na agenda prévia de ontem da presidente em São Paulo havia a previsão de uma visita ao campus da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) em Diadema pela manhã, onde Dilma e o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, inaugurariam edifício.

No entanto, a agenda foi cancelada por causa da greve nacional de professores de universidades federais, decretada no mesmo dia.

A equipe que visita antes os locais onde Dilma estará previu que haveria protestos. De fato, ontem estudantes fizeram manifestação.

Segundo a assessoria da Unifesp, os estudantes pretendiam conversar com a presidente sobre a greve. Mesmo sem Dilma, eles mantiveram a manifestação.

A presidente também cancelou visita a Porto Alegre, programada para segunda, para não colidir com grevistas. A cidade é uma das cinco onde está prevista a paralisação de metroviários. Com isso, na segunda Dilma deve visitar Laguna (SC), onde não há metrô.

ANEXOS**Anexo C****JORNAL FOLHA DE S. PAULO****Reportagem 3:**

23/05/2012

QUARTA-FEIRA

Professores de 5 dos 6 da campi da Unifesp aderem à greve nacional

Único fora da paralisação é o de Guarulhos; UFRJ e UFF, ambas no Rio, também decidiram participar

43 das 59 instituições integram movimento, diz sindicato; categoria quer reestruturação do plano de carreira

A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) aderiu ontem à greve nacional dos professores das instituições de ensino federais.

Cinco dos seis campi da universidade participam da paralisação: Baixada Santista, Diadema, Osasco, São José dos Campos e São Paulo; a exceção é o de Guarulhos (Grande São Paulo).

Ontem também, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) decidiu aderir ao movimento. Na UFF (Universidade Federal Fluminense), em Niterói (Grande Rio), a paralisação também teve início ontem.

De acordo com o Andes (sindicato nacional dos docentes de ensino superior), professores de 43 das 59 instituições federais já integram a paralisação nacional - entre elas um instituto e um centro de ensino-, que começou na quinta-feira da semana passada.

Os docentes pedem a reestruturação do plano de carreira -que, afirmam, não sofre mudanças desde a década de 1980- e melhoria na estrutura das universidades.

Atualmente, segundo o sindicato, um professor federal precisa passar por 17 níveis para atingir o patamar mais alto de remuneração. Os grevistas pedem uma redução para 13.

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff editou medida provisória autorizando reajuste salarial de 4% para os professores universitários, n representantes da categoria alegam que o percentual foi resultado de um "acordo emergência" com o governo federal.

"O principal é a questão da carreira, que está parada. Nós fizemos diversas reuniões com o governo, e não se modificou praticamente nada", disse Aluísio Finazzi, do comando nacional de greve.

ORÇAMENTO

O sindicato deve se reunir nesta semana com o Ministério da Educação para discutir o tema.

Na próxima semana, uma nova reunião será feita, dessa vez com o Ministério do Planejamento.

A intenção é chegar a um consenso até o final de agosto, prazo limite para o envio da previsão do orçamento da União para o próximo ano.

Em nota divulgada na semana passada, o MEC afirmou que "há prazo e prioridade" para discutir a pauta de reivindicações.

ANEXOS**Anexo D****JORNAL FOLHA DE S. PAULO****Reportagem 4:**

23/05/2012

QUARTA-FEIRA

É um prejuízo indevido, diz ministro da Educação sobre greve de professores

FLÁVIAFOREQUE

DE BRASÍLIA

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, criticou nesta quarta-feira a greve de professores de universidades federais, iniciada na última semana. De acordo com balanço do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), 44 de 59 instituições federais já paralisaram as aulas.

Segundo o ministro, não há "nenhuma razão" para a paralisação devido ao prazo que ainda existe para se chegar a um acordo. Governo e docentes têm até agosto para obter um consenso --esse é o prazo para que a União encaminhe ao Congresso Nacional a previsão de seu orçamento para 2013.

"Eu acho que é um prejuízo indevido [para os alunos] e espero que haja espaço para que seja feita uma avaliação sobre essa iniciativa diante de uma negociação em aberto. (...) Não há necessidade de uma greve neste momento", afirmou o ministro em coletiva de imprensa. Mercadante fez um apelo para uma "reconsideração" dos docentes.

Na última quinta-feira, professores de universidades federais iniciaram movimento de greve para pressionar o governo a analisar a reestruturação do plano de carreira da categoria.

Na próxima segunda-feira, representantes da categoria terão uma reunião com o Ministério do Planejamento para tratar o assunto.

Mercadante reconheceu que houve atraso no cronograma de negociações devido à morte, em janeiro deste ano, do secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. "[Paiva] morreu de uma situação trágica e toda a memória da negociação dos servidores em geral (...) era concentrada nele."

Paiva não foi atendido em dois hospitais de Brasília, segundo a família, porque seu plano de saúde não era aceito e ele não portava cheque para caução.

Durante entrevista coletiva, o ministro lembrou que foi um dos fundadores do Andes, mas alegou que neste caso, não há motivo para a greve. "Com toda minha experiência como docente, não lembro de nada semelhante."

Os docentes pedem ainda melhor infraestrutura para dar aulas --eles alegam que o espaço físico das instituições não acompanhou o ritmo crescente de matrículas no ensino superior.

MEDIDA PROVISÓRIA

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff editou medida provisória concedendo reajuste salarial de 4% para professores universitários, percentual abaixo da inflação. O sindicato nacional alega que o reajuste foi resultado de um "acordo emergencial" e afirma que a pauta principal é a reforma do plano de carreira.

ANEXOS**Anexo E****JORNAL FOLHA DE S. PAULO****Reportagem 5:**

26/05/2012

SÁBADO

Greve atinge 70% das universidades federaisDESÃO PAULO
DORIO
DEPORTOALEGRE

Em dez dias de greve, quase 70% das universidades federais do país estão parcialmente ou totalmente sem aulas. Na Grande São Paulo, a greve na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), uma das 41 instituições paradas (de um total de 59), é praticamente de 100%.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a paralisação não é total: cerca de 70% dos docentes aderiram ao movimento. Segundo a vice-presidente regional da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Sônia Lúcio Rodrigues de Lima, as quatro universidades federais do Estado aderiram parcialmente à greve dos professores.

"O nosso movimento tem dois eixos centrais: a reestruturação da carreira e a melhoria da infraestrutura educacional", afirma Marina Barbosa, presidente da Andes.

Todas as universidades federais em greve são da Andes (Conlutas, ligada ao PSTU). Outras, adeptas da Proifes (CUT, ligada ao PT, partido governista), não pararam.

De acordo com a dirigente sindical, assistente social da Universidade Federal de Viçosa, a categoria discute desde agosto de 2010 com o governo. "Como as propostas não mudaram desde lá resolvemos tomar a medida extrema da greve", afirma.

Uma das exigências salariais é o aumento do piso.

"Queremos que o piso mude dos atuais R\$ 557, 51 para R\$ 2.329,35, vez calculado pelo Dieese", afirma Marina.

O governo anunciou que vai aumentar em 4% a remuneração dos professores, mas a Andes reitera que vai continuar com a greve mesmo assim.

O Ministério da Educação classifica a greve dos professores das instituições federais como precipitada e sem nenhuma justificativa.